

A Prestação de Contas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social

Brasília, 08 de abril de 2021

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Conceito de Prestação de Contas

- O conceito de Prestação de Contas consiste na apresentação das ações executadas com os recursos públicos e na exposição de documentação comprobatória das receitas e despesas referentes a uma administração de bens, valores ou interesse de outrem.
- No caso dos recursos federais repassados para a execução dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, a prestação de contas está relacionada com a apresentação dos resultados de suas ofertas aos usuários e do uso dos valores frente as despesas efetuadas para o desenvolvimento das ações.

Marcos Legais de Prestação de Contas

- Parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal:

“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

- Art. 30-C da Lei nº 8.742/1993:

“A utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento”

- Art. 8º do Decreto nº 7.788/2012;

- Art. 33 da Portaria MDS nº 113, de 10 de dezembro de 2015 e suas alterações;

Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira

- Instrumento informatizado disponibilizado pelo Governo Federal para inserção dos dados da utilização dos recursos federais repassados na modalidade fundo a fundo.
- É competência da gestão local a alimentação dos campos declaratórios do sistema, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após sua abertura.
- Os Conselhos devem inserir seu parecer no sistema, por meio de questionário parametrizado, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar do limite de encerramento do prazo do gestor.
- O instrumento de prestação de contas e sua análise são disciplinados na Portaria MDS nº 113/2015.
- Adota para prestação de contas a lógica financeira e não a lógica contábil. As informações dispostas seguem o regime de caixa, ou seja, recursos movimentados (entradas e saídas) em conta corrente entre 01/01 e 31/12.

Estrutura das contas do Demonstrativo Sintético

- Os formulários estão separados por seções, representado pelos blocos de financiamento e programas e que são discriminados pelas contas correntes nas quais se efetiva o repasse financeiro do FNAS.
- Dentro de cada seção, o gestor deverá preencher as informações disponíveis, sendo que alguns campos já são preenchidos pelo próprio sistema, com informações oriundos do Banco do Brasil.
- As informações das seções, via de regra, são assim distribuídas:
 1. Receitas: Nessa parte estão descritos os recursos financeiros que estavam disponíveis em conta corrente durante o exercício, sejam eles oriundos de saldos reprogramados, repasses ao longo do exercício e aplicações financeiras.
 2. Despesas: O gestor deverá descrever os gastos realizados no ano, separados pelas categorias de gastos previamente disponibilizadas no sistema.
 3. Saldo Disponível: O sistema apresenta os valores restantes em conta corrente ao final do período, os quais podem ser reprogramados para o exercício seguinte, observadas as disponibilidades orçamentárias e as regras da Portaria MDS 113/2015 e 580/2020 e suas antecessoras.

OBS: É importante observar se as receitas, depois de deduzidas as despesas, estão de acordo com o saldo ao final do ano.

Parecer do Conselho de Assistência Social

- Atualmente (Demonstrativo 2019) é composto por 12 questionamentos e a deliberação final recomendando ser favorável ou desfavorável a prestação de contas do gestor.
- O questionamentos possuem opções de resposta, o qual deve ser escolhida apenas uma das opções. É ainda disponibilizado um campo de texto para cada questionamento, caso necessário, para que o Conselho descreva algum detalhamento acerca da sua resposta.
- Também deve ser preenchido no parecer por meio de caixa de seleção os membros do conselho que participaram da reunião que deliberou quanto ao Parecer disponibilizado no sistema par preenchimento e envio ao Ministério.
- Deve ser informada também a data de ocorrência da reunião, o número de sua ata e a resolução que contém a deliberação do conselho.

Questões do Conselho de Assistência Social

1 -O Conselho acompanhou a execução do orçamento da Assistência Social?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá:

- Por meio de relatórios periódicos, verificar os valores orçamentários que foram empenhados frente as despesas que serão executadas na consecução das ações.
- Ao final do exercício, verificar o valor que está sendo inscrito em restos a pagar, para acompanhamento no exercício seguinte de sua efetivação ou de seu cancelamento.
- Acompanhar durante as “janelas” orçamentárias as possíveis alterações no orçamento local, identificando a destinação da alteração orçamentária.

Para essa tarefa, o Conselho poderá se utilizar de relatórios fornecidos pela Gestão, bem como das publicações locais das Câmaras e Assembleias quanto a alterações orçamentárias e da própria Lei Orçamentária Anual (LOA)

Questões do Conselho de Assistência Social

2 -Os recursos federais destinados a execução dos serviços/programas foram utilizados na finalidade estabelecida pela União?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá:

- Verificar se o recurso utilizado foi destinado a financiar a execução dos serviços e programas, conforme as regras específicas e peculiaridades de cada uma dessas ações, respeitada a Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação dos Serviços).
- Verificar se a utilização dos recursos dos blocos de financiamento e programas não foram desviadas para a execução de outras políticas, ou ainda, utilizadas dentro da própria política mas para finalidade diversa ao que originalmente foi repassado (Exemplo: Recursos da Básica utilizados na Especial ou vice-versa)

Esse questionamento é de suma importância, pois a não observância da utilização do recurso para sua finalidade gera potencial dano ao erário, com a consequente solicitação de devolução de recursos a União e reprovação das contas.

Para essa tarefa, o Conselho poderá se utilizar dos processos de pagamento e verificação das Notas de Empenho, Notas Fiscais, Recibos e demais documentos fiscais, contábeis ou financeiros; Processos Licitatórios; Verificação nos locais em que ocorrem os serviços; comprovantes de recebimento das mercadorias, entre outros

Questões do Conselho de Assistência Social

3 -A execução dos recursos cofinanciados pela União foi realizada conforme as normas que regulamentam a utilização dos recursos destinados aos serviços/programas?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá:

- Verificar se houve gastos inelegíveis com a execução dos serviços e programas, tais como o uso de recursos para Benefícios Eventuais, aquisição de bens que deveriam ser realizado com recursos de outras políticas (Ex: Aquisição de medicamentos ou constantes da Resolução CNAS nº 39/2010), aquisição de materiais permanentes que não constam do rol de possibilidades da Portaria SNAS nº 24, publicado em 16/03/2021, ou ainda da Portaria nº 2.601/2018 e antecessoras) ou outros gastos que possuem vedações normativas.

Esse questionamento é de suma importância, pois a não observância da utilização do recurso para sua finalidade gera potencial dano ao erário, com a consequente solicitação de devolução de recursos a União e reprovação das contas.

Para essa tarefa, o Conselho poderá se utilizar dos processos de pagamento e verificação das Notas de Empenho, Notas Fiscais, Recibos e demais documentos fiscais, contábeis ou financeiros; Processos Licitatórios; Verificação nos locais em que ocorrem os serviços; comprovantes de recebimento das mercadorias, entre outros

Questões do Conselho de Assistência Social

4 -Os relatórios de execução orçamentária e financeira foram apresentados ao Conselho de forma que facilitou a compreensão e na periodicidade estabelecida na Lei/Decreto que institui/regulamentou o Fundo?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá observar:

- Se o Gestor local apresenta relatórios periódicos ao Conselho em periodicidade estabelecida em regulamento, e se esse possui um modelo que auxilie a compreensão dos Conselheiros quanto ao tema orçamentário e financeiro.

Nesse caso, a sugestão é que o Conselho defina em parceria com o Gestor local, modelos pré-estabelecidos e previamente estruturados com a disposição das informações que facilitem a compreensão dos membros do conselho, respeitando sempre as normas orçamentárias e financeiras em vigor.

Questões do Conselho de Assistência Social

5 -O ente cofinanciou os serviços/programas?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá:

- Observar se na Lei Orçamentária Anual existe a alocação de recursos próprios (Fonte 100) para a execução da Política de Assistência Social, conforme definido no Parágrafo único do Art. 30 da Lei nº 8.742/1993 (LOAS).
- Observar nos relatórios periódicos apresentados pelos gestores locais a utilização do orçamento próprio para pagamento de despesas frente a execução das ações socioassistenciais.

Questões do Conselho de Assistência Social

6 - Os serviços/programas cofinanciados pela União foram ofertados à população de forma regular, sem descontinuidade, ou seja, durante todos os meses do exercício?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá observar:

- Se ocorreu a oferta dos serviços e programas durante o ano, em conformidade com a regra de cada uma das ações, sem que houvesse a descontinuidade na oferta a população nos equipamentos públicos ou privados.

Nesse caso, a ocorrência de descontinuidade na oferta poderá acarretar em devolução de recursos à União, dos recursos equivalentes ao período descontinuado, na forma do art. 30 e 31 da Portaria MDS nº 113/2015.

Para monitorar essa situação o Conselho deverá visitar de forma periódica os equipamentos onde são desenvolvidos os atendimentos aos usuários, utilizar das ferramentas de registro de atendimento, folhas de presença ou outros documentos que auxiliem na comprovação do funcionamento do serviço ou programa.

Questões do Conselho de Assistência Social

7 -As equipes de referência dos serviços e programas socioassistenciais estão compostas de acordo com o disposto na NOBSUAS-RH e demais normas?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá observar:

- Se os serviços estão sendo ofertados pela equipe de referência estabelecida na NOBSUAS-RH e nas demais portarias que disciplinam equipes de referência específicas, principalmente no caso dos programas.
- Se o quantitativo mínimo de profissionais para cada serviço está em conformidade com o estabelecido na NOBSUAS-RH e nas demais portarias que disciplinam equipes de referência específicas, principalmente no caso dos programas.

O Conselho para observar essa situação deverá fazer visitas regulares aos equipamentos onde ocorrem os atendimentos para verificação da equipe presente nos espaços. Também poderá fazer uso de documentação como folhas de ponto, processos de pagamento dos trabalhadores e outras documentações que indiquem a função e localidade onde cada indivíduo realiza o serviço ou programa.

Questões do Conselho de Assistência Social

8 - O Conselho de Assistência social possui livre acesso às documentações comprobatórias dos gastos?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá observar:

- Se ao solicitar ao gestor local acesso aos diversos documentos que possam ser úteis a comprovação de gastos e a prestação de contas, esse fornece a documentação tempestivamente para a análise dos membros do conselho, ou se requerida tenha sua disponibilidade dificultada ou não permitida.

9 - O Conselho teve algum tipo de dificuldade em analisar as informações prestadas pelo gestor que possam ter impactado na sua avaliação do Demonstrativo Sintético?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá observar:

- Se as informações documentais e os relatórios encaminhados pelo gestor não possuíam clareza suficiente que dificultaram de algum modo a avaliação das contas do gestor local no caso do uso dos recursos federais.

Questões do Conselho de Assistência Social

10 - A execução dos serviços e programas socioassistenciais foi realizada de acordo com o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Social?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá observar:

- Se os gastos estão sendo executados em conformidade com um plano de aplicação dos recursos do Fundo local, e a verificação de motivos para caso não ocorra de acordo com o que fora planejado.

11 - O Conselho apreciou e aprovou a proposta Orçamentária do Fundo de Assistência Social?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá observar:

- Se o gestor local encaminhou a proposta Orçamentária para a apreciação do Conselho de Assistência Social, para sua deliberação e aprovação.

Questões do Conselho de Assistência Social

12 -O Conselho considera as despesas efetuadas no exercício como comprovadas, ou seja, existe documentação disponível que comprove todos os pagamentos efetuados?

Para resposta a essa questão o Conselho deverá observar:

- Se os gastos realizados com os recursos federais possuem documentação que de suporte para identificação na destinação do recurso, comprovando a aquisição de bens ou de serviços para a oferta dos serviços.

Esse questionamento é de suma importância, pois a não observância da utilização do recurso para sua finalidade gera potencial dano ao erário, com a consequente solicitação de devolução de recursos a União das despesas não comprovadas.

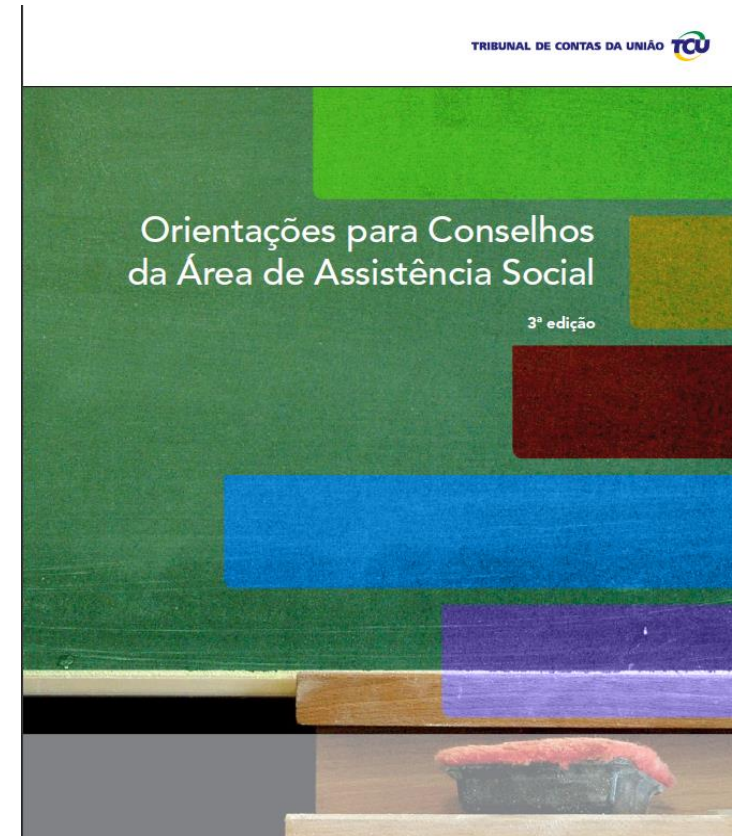
Para essa tarefa, o Conselho poderá se utilizar dos processos de pagamento e verificação das Notas de Empenho, Notas Fiscais, Recibos e demais documentos fiscais, contábeis ou financeiros; Processos Licitatórios; comprovantes de recebimento das mercadorias; extratos bancários; entre outros

Demonstrativo do IGD-SUAS

- O Demonstrativo do IGDSUAS tem por característica ser um instrumento de caráter informacional para o Ministério, não tendo valor de prestação de contas para o gestor federal, conforme normativos que disciplinam a matéria (Art. 42 da Portaria MDS nº 113/2015, Art. 12-A da Lei nº 8.742/1993).
- Deve ser observado seu preenchimento, pois a não conclusão de preenchimento ou ainda a sua reprovação inviabiliza repasses futuros de recursos do IGD-SUAS
- Possui questionário do conselho dedicado a esses recursos, com perguntas específicas voltadas para o uso do recursos do IGD e seu regramento.
- Para fins de fortalecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, Municípios e Distrito Federal, pelo menos 3% (três por cento) dos recursos transferidos no exercício financeiro deverão ser gastos com atividades de apoio técnico e operacional àqueles colegiados, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de pessoal efetivo e gratificações de qualquer natureza a servidor público estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Orientações para Conselhos do TCU

- Apesar de desatualizado em referência a forma de financiamento atual do SUAS, o Tribunal de Contas da União possui um guia com orientações valiosas quanto a diversos aspectos, inclusive quanto ao acompanhamento e prestação de contas.
- O Manual possui diversas matrizes e formulários que auxiliam e guiamos membros do conselho durante as atividades de acompanhamento da execução física e financeira e da prestação de contas dos recursos empregados nas ações.
- Seu uso depende, ainda assim, de adaptações considerando a forma de financiamento por meio dos Blocos de Financiamento e Programas.



OBRIGADO!

Telefones para contato: (61) 2030-1757 / 1768 / 1824 / 1825

E-mail: fnas@cidadania.gov.br

Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências
Fundo Nacional de Assistência Social